



O chat não é chato não

Na seção *Chat não é Chato*, confira dicas extraídas das interações com especialistas em três quartas-feiras ao longo do mês de fevereiro. Eles ampliaram o conhecimento dos ADs sobre compras públicas, desburocratização e desenvolvimento de territórios.

Página 6

ADs na rede

Você está conectado à rede de ADs no Facebook? Veja o caminho e dê uma olhada em conteúdos de outras páginas criadas por colegas de todo o país. Além de garimpar postagens interessantes, a seção *Na Rede* traz uma lista de endereços.

Página 7

De A a D

Três colegas, um do Paraná, uma de Goiás e a terceira do Ceará, compartilham um pouco de sua trajetória na seção *De A a D*, que a cada mês destaca no portal da internet, um agente que simboliza a dedicação dos ADs de seu Estado.

Página 8



Agentes avançam mais um degrau

Campo Grande – Depois de entender uma rede sobre todo o Brasil, convencer a sociedade de sua importância e mostrar suas melhores práticas, os Agentes de Desenvolvimento encaram um novo desafio. É o momento de subir um degrau na escalada do conhecimento. Com esse propósito, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e Confederação Nacional de Municípios (CNM) criaram o Curso Avançado de Agente de Desenvolvimento.

A experiência começou com uma turma piloto, com três dezenas de participantes de Mato Grosso do Sul, entre 19 e 22 de fevereiro, em Campo Grande. A partir dessa experiência, o treinamento será estendido ao restan-

te do país. Por meio do curso, o alvo de desenvolvimento é o AD: ele ganha mais condições para mobilizar o saber, a atitude e a prática de forma satisfatória no desempenho de sua função. Desenvolve competências, tais como a de conhecer a dinâmica do Desenvolvimento Territorial nos Municípios, as etapas de construção de um Plano de Trabalho, o processo de planejamento financeiro e orçamentário e o da captação de recursos.

Eleva-se a habilidade do AD de planejar, assim como a de influenciar os atores locais na incorporação dos temas do desenvolvimento aos instrumentos de planejamento municipal. Saiba mais sobre o curso nas páginas 2 e 3 e leia depoimentos dos participantes na página central.

O início da mudança



“Realizar o curso avançado de AD reafirma meu pensar, que através das ações desenvolvidas em meu território estarei exercendo minha cidadania em sua plenitude, e partilhar conhecimento com instrutores e colegas permite uma valorosa troca de experiências, minimizando falhas e potencializando boas práticas pró-desenvolvimento.

Como vivo numa conurbação internacional, os desafios são maiores e a motivação também.”

Walquiria Carvalho Capusso,
AD em Ponta Porã/MS

Sob a lupa de estudos atuais sobre o desenvolvimento de cidades e Municípios, os antigos manuais de administração pública municipal vêm passando por um processo de releitura. A ciência vem trazendo alternativas positivas para os Municípios nos esforços de superar as lacunas do modelo tradicional de desenvolvimento, focado muitas vezes na estruturação de ações burocráticas e na elaboração “pró forma” de instrumentos de planejamento dentro dos prazos estipulados em lei.

Quando utilizados de maneira alheia à realidade, esses modelos tradicionais de planejamento urbano costumam gerar cidades caóticas, problemas de trânsito, violência e gasto exacerbado da máquina pública, entre outras chagas sociais.

“Estamos criando cidades caóticas”, desabafou Maurício Zanin, que ministrou o segundo dia de aulas.

Apesar desse modelo de planejamento tradicional ser repetido por inércia e por obrigação legal, os Municípios sabem que muitas vezes ele é inadequado, por desrespeitar as realidades locais e a sua vocação produtiva e gerar distorções urbanas em grande escala, baixa atração de investimento, alto

custo social, desarticulação de serviços públicos, prestação de serviços deficiente, clientelismo, favorecimento ilícito, corrupção e uma estrutura de gestão deficitária.

Além disso, o modelo tradicional de planejamento muitas vezes proposto para os Municípios não é condizente com a estrutura agrária da maioria dos pequenos Municípios brasileiros e, quando aplicado, tem gerado enormes problemas de abandono do campo. Geralmente, tratam a industrialização ou o fortalecimento das alternativas de produção urbanas como as únicas alternativas viáveis tanto para médias quanto nas grandes cidades.

Ao se tornar um planejador eficiente e com capacidade de argumentação, o AD facilita o reconhecimento da importância da função. “O prefeito não se desfaz do médico, nem do professor. Assim tem de ser também com a função de agente de desenvolvimento”, ressaltou Gustavo Grisa, ao abrir a primeira aula. “Tem de haver o reconhecimento de que é um trabalho fundamental para o Município. E o prefeito tem de entender o agente como um trabalho profissional, e não político partidário. Não se pergunta o partido do médico ou do professor.”

EXPEDIENTE

Presidente da CNM:
Paulo Roberto Ziulkoski

Presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae:
Roberto Simões

Diretor-presidente do Sebrae:
Luiz Eduardo Pereira Barretto Filho

Diretor-Técnico do Sebrae:
Carlos Alberto dos Santos

Diretor de Administração e Finanças do Sebrae:
José Cláudio dos Santos

Gerente da Unidade de Desenvolvimento Territorial do Sebrae:
André Spínola

Gestores Convênio CNM-Sebrae:
Augusto Braun
Cecília Miranda
Pedro Valadares

Textos e fotografias:
Altair Nobre

Design gráfico:
Themaz Comunicação

O Boletim do Agente de Desenvolvimento Local é uma publicação do convênio CNM / Sebrae. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998).

Lembretes



Empregabilidade – Uma produção econômica crescente multiplica oportunidades de trabalho e eleva o salário médio no Município. Quanto maior for a produtividade, maior será a remuneração média das famílias. Entre elas, estão os Empreendedores Individuais e os empresários de microempresas, que também têm as suas oportunidades multiplicadas graças ao ganho de empregabilidade.

Não há como existir remuneração média alta das famílias sem uma economia forte, e a “geração de emprego e renda” somente cresce a partir do fortalecimento da produção e da organização econômica do Município.

Sustentabilidade – Uma das grandes agendas do século 21, está ligada à capacidade de o território continuar a gerar riquezas, serviços e atratividade no futuro nas mesmas condições ou em condições melhores do que as de hoje.

Não há mais espaço para empreendimentos que não respeitem o ordenamento urbano e não sejam inteligentes do ponto de vista social e ambiental. O posicionamento do agente é o de que o crescimento não se dá a qualquer custo.

Governança – Implica a ampliação da capacidade da administração municipal de realizar iniciativas de significado estratégico e influenciar

nos destinos da cidade. É o engajamento da sociedade, de universidades, empresários e representações organizadas de trabalhadores e segmentos sociais em torno de temas importantes para o Município. O trabalho do Agente fica facilitado se existe uma governança eficiente, com um Comitê Gestor ou consultivo que compartilhe informações e o apoie em seu trabalho.

Não é praticada só para dentro da cidade. Inclui forjar parcerias com as cidades vizinhas, formar consórcios em torno de temas ou serviços públicos compartilhados, buscar o aval da sociedade civil, iniciativa privada e Universidades.



“O que mudou na minha cabeça: eu posso agir e resolver alguns problemas no meu Município. O que mudou na minha ação: agora tenho plano de trabalho e ação, e meu Município já está colhendo frutos.”

Eleandro Sérgio da Silva,
AD em Sidrolândia/MS



“Foi dinâmico e essencial para a minha formação. O clima do treinamento estava ótimo e as divergências de opinião foram conduzidas sabiamente. Pude reorganizar as ideias e colher informações relevantes de forma clara. A metodologia foi de acordo, as informações expostas são de grande aplicabilidade em minha vida.”

Adilson Carlos Silva, AD em Naviraí/MS

“Significou uma mudança de pensamento e atitude. Hoje tenho consciência de que o Agente de Mudança do meu Município sou eu. Tenho um plano de ação e atuação, projetos para o desenvolvimento de minha cidade. Através de projetos de captação de recursos que aprendi no curso, hoje sou um agente que busca recursos para meu Município. Sou mais

consciente, organizado e tenho um plano de trabalho que tem metas e objetivos.

Hoje em Costa Rica eu me considero o Agente da Sustentabilidade, da Globalização e da Governança, que busca uma ação eficaz e qualificação constante para melhor servir ao meu Município.”

José Adriano de Jesus Silva, AD em Costa Rica/MS



“Ampliou os meus conhecimentos e enriqueceu meus argumentos no sentido de demonstrar segurança e credibilidade ao Prefeito e aos interessados em relação à implantação dos programas, transformando trabalhadores informais em microempreendedores individuais.”

Paulo César Janeiro Yadomi, AD em Sete Quedas/MS



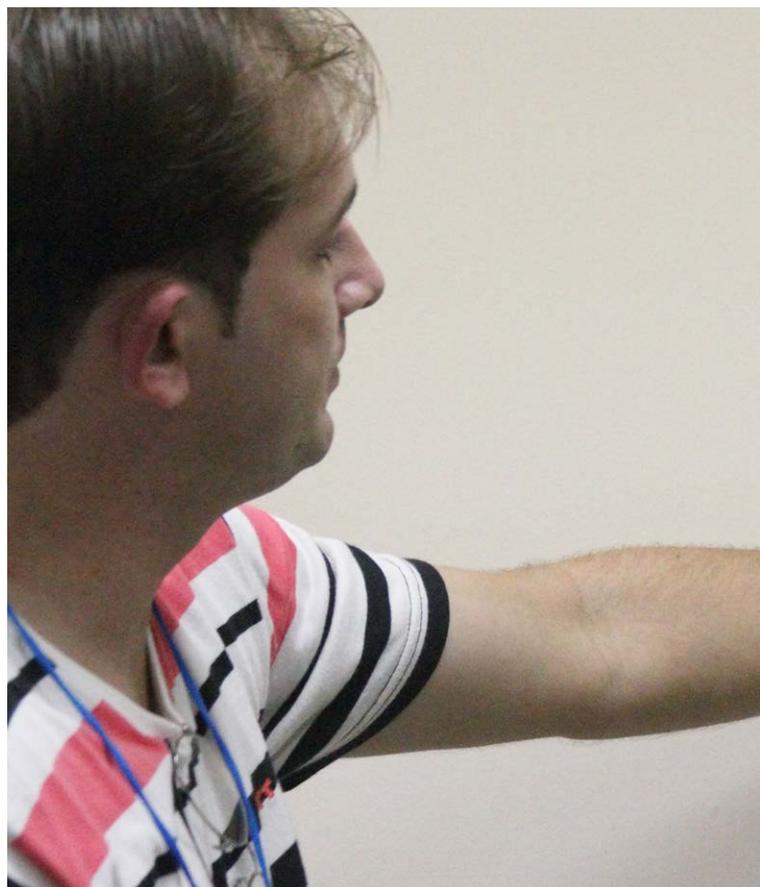
“Confesso que cheguei preocupada com a profundidade do assunto. Com o decorrer do assunto fui me sentindo à vontade, cheia de tarefas e metas a cumprir, o que me deixa satisfeita. Cheguei querendo abraçar o mundo, com meus braços um tanto curtos, o que me deixava descontente, sabendo que seria uma meta quase impossível de cumprir. Mas,

com ‘Plano de Trabalho’, ‘Elaboração de Projetos’ e ‘Captação de Recursos’, fui aprendendo a traçar mais claramente meus objetivos. Aprendi que posso quase abraçar o mundo, dando as mãos e pedindo-as para as pessoas certas, podendo assim, alcançar este trajeto tão longo.”

Ariane Pegoraro Soares, AD em Nova Andradina/MS



Por que (e o



Há um horizonte animador para os Municípios abertos a rever seus processos e incorporar avanços na forma de elaboração de seus planos. É neste contexto que o plano do Agente de Desenvolvimento se insere como peça chave para entender a realidade local e modificá-la. Ao combinar a atuação proativa, vontade política e suporte técnico constante com o aprendizado tirado dos insucessos de experiências passadas, é determinante para mudar a cultura local e garantir a incorporação de avanços na gestão municipal.

O plano precisa navegar no balanceamento das experiências vindas desses fatos opostos, permitindo aos atores locais a construção de análises e interpretações sobre o melhor caminho a ser seguido. O plano deve estar lastreado na realidade de forma a que possa influenciá-la e modificá-la. O AD precisa se situar no ambiente em que atuará para que possa, ele mesmo, se transformar em um ator indutor da mudança, filtrando o que pode ser bom para o Município e excluindo da pauta os temas que não agregarão valor. Retirar o que não é relevante ou o

como) planejar



que não é factível de um plano é uma forma também objetiva de melhorar a sua qualidade.

“Se você informatiza um processo burro, ele acelera a produção de bobagem”, alerta Maurício Zanin.

O Município que decide se reinventar seguindo a sua vocação local, tendo em vista a globalização, a sustentabilidade de suas ações e a governança na construção de sua cidade acaba fundindo suas potencialidades produtivas urbanas e rurais dentro de uma perspectiva de desenvolvimento econômico, social e ambiental que torna o local agradável e atraente para quem quer gerar negócios ou para se viver na região. Ao quebrar a inércia do paradigma de planejamento atual, o Município

poderá acumular ganhos financeiros, sociais e melhoria de diferentes aspectos para as populações.

O curso avançado ensina o AD a identificar os elementos e atributos de um plano de trabalho, relacioná-lo a sua realidade e a seu papel no Município e estimula a capacidade de síntese para articular as ideias e apresentar os conceitos chave para um gestor público ou uma entrevista, por exemplo.

“Ao montar um projeto em busca de recursos, é preciso quantificar”, ensina Rômulo Rende. “Para convencer um financiador, em vez de dizer que ‘muitas pessoas’ serão beneficiadas, ‘essa obra, que custa x, vai beneficiar x pessoas’ é mais eficaz.”

Argumentos objetivos

O desenvolvimento dos Municípios depende do aumento da quantidade de MPE e desenvolvimento sustentável das já existentes:

- São MPE 99,1% das empresas urbanas e 85% dos estabelecimentos rurais do Brasil;
- 20% do PIB brasileiro advém das atividades empresariais exercidas pelas MPE;
- As MPE mantêm 52,4% dos empregos formais e 39,7% de todos os salários pagos;
- O objetivo do Município é promover o bem-estar de sua população, portanto precisa estimular a criação de locais de trabalho para que os moradores tenham recursos financeiros para atender a suas necessidades básicas.
- Estimular as MPE traz: a) trabalho e renda para a população; b) aumento de arrecadação para o Município; c) inclusão social; d) menor dependência de grandes empresas; e) ciclo de investimentos locais que proporcionam condições de receber as novas gerações.
- O povo brasileiro decidiu, por intermédio de seus deputados constituintes, reconhecer na Constituição Federal de 1988 que as MPE são uma grande fonte de desenvolvimento econômico-social. Por isto, escreveram o artigo 179, da Constituição Federal de 1988, determinando que fosse dado pelo Poder Público (União Federal, Estados e Municípios) tratamento diferenciado às MPE.

CHAT não é chato

Confira dicas que vêm dos três chats realizados em fevereiro.



Compras Públicas

Com Maurício Zanin

- ▶ Orientar os MEI é uma boa alternativa, mas temos de ensiná-los sobre os riscos e como transformar a licitação numa nova oportunidade de negócio, e não uma dor de cabeça.
- ▶ Existem editais modelo, mas recomendo que as pessoas aprendam a trabalhar com os editais das próprias prefeituras e, ali, incluam os benefícios para as MPE. Trazer um edital “alienígena” ao Município é um caos.
- ▶ É dever da administração verificar a regularização dos documentos e das obras ou serviços ou bens adquiridos ou executados.
- ▶ O empate simplesmente cria uma condição artificial para que as MPE passem na frente e apresentem uma oferta ainda mais baixa. A administração pública sempre tentará obter a opção mais vantajosa.
- ▶ Não é ilegal fazer pregão presencial. Apenas ele não pode ser feito na utilização dos recursos oriundos de transferências voluntárias da União de acordo com o Decreto nº 5.504/2005.



Desenvolvimento dos Territórios

Com Rodrigo Carrijo e Paulo Porch

- ▶ Em encontros com grandes empresas, demandas são apresentadas e as oportunidades, identificadas. Ficam claras também as outras frentes que devem ser buscadas, como as capacitações, porque o grau de exigência é bem maior do que aquele ao qual as MPE estão acostumadas.
- ▶ Empreendimentos privados bem-sucedidos e parcerias público/privadas (PPP) geram riqueza nas comunidades. No entanto, requerem um ambiente favorável aos negócios.
- ▶ O governo municipal tem o papel fundamental de criar um ambiente favorável ao desenvolvimento e ao sucesso dos negócios.
- ▶ Não podemos mais pensar que o Prefeito e demais atores públicos têm as respostas para promover o desenvolvimento. Claro que têm um papel, mas invariavelmente seu horizonte é de 4 a 8 anos.
- ▶ A perenização do aproveitamento das oportunidades passa pelo envolvimento da iniciativa privada organizada.



Desburocratização

Com Rômulo Rende

- ▶ Com as medidas desburocratizantes previstas na Lei Geral das MPE, os órgãos fiscalizadores poderão se concentrar nas empresas de maior risco, que representam, em média, 10% do total.
- ▶ Medidas como a liberação de Alvará Provisório sem vistoria prévia são apenas para as atividades empresariais de baixo risco. Tal medida contribui para a melhoria da eficácia das fiscalizações, que deveriam se concentrar nas empresas de maior risco.
- ▶ Os Agentes de Desenvolvimento devem estimular a formalização de convênios com o Estado e a Receita Federal para a implantação da REDESIM.
- ▶ O Certificado do MEI vale como Alvará. É lei.
- ▶ A prefeitura que não aceita o CCMEI com efeito de Alvará de Funcionamento está descumprindo a legislação federal. Segue a legislação: Leis Complementares 123 e 139; Resolução CGSIM 94.
- ▶ O Comitê Gestor das MPE municipal é desejável, mas não obrigatório.

ADs na Rede

Uma garimpada por informação direcionada aos ADs nas redes sociais vale ouro.

Em paralelo à página do Portal do Desenvolvimento Local no Facebook, foi criado um grupo específico para reunir os agentes de desenvolvimento: [facebook.com/groups/609642302395623](https://www.facebook.com/groups/609642302395623)

Também há páginas que reúne ADs em diferentes Estados (veja o mapa abaixo).

Grupos de Agentes no Facebook por Região – para facilitar, você encontra um link para cada página destas na página do Portal do Desenvolvimento Local no Facebook. Faça a busca com o nome do portal ou entre no endereço [facebook.com/portaldesenvolvimentolocal](https://www.facebook.com/portaldesenvolvimentolocal).

Acesse, curta e compartilhe!



Os caminhos para o Portal do Desenvolvimento Local:



www.
portaldodesenvolvimento.org.br



facebook.com/
[portaldesenvolvimentolocal](https://www.facebook.com/portaldesenvolvimentolocal)



twitter.com/
[@desenvolv_local](https://twitter.com/@desenvolv_local)



plus.google.com/
[103240648119469455519](https://plus.google.com/103240648119469455519)

De A a D



A cada mês a seção “De A a D” destaca, em www.portaldodesenvolvimento.org.br, um Agente de Desenvolvimento que simboliza a dedicação dos ADs de seu Estado, unidos pela busca de melhorar a vida de famílias e a sua cidade. Veja a síntese da trajetória dos três primeiros exemplos:

Tamboril (CE)



Maria da Penha Ferreira dos Santos ajudou a transformar em realidade a loja dos sonhos de Aldecer Pereira Oliveira, que montou no quintal uma empresa de decoração para festas. A empreendedora conta: “A minha amiga Penha me incentivou. Fiquei maravilhada com as informações que me passou. Quando sugeri obter financiamento, falei com o meu marido. Ele ficou com o pé atrás porque envolvia banco. Eu o levei a ela, para que lhe repetisse tudo o que havia falado para mim. Não deixou nenhuma dúvida.” Com menos de dois anos de atividade, a Aldecer Decorações fatura o suficiente para quitar as prestações, sustentar a família e reinvestir. A “madrinha” se sente gratificada. “Eu me emociono quando eu vejo a loja dela”, conta Maria da Penha.

Tupãssi (PR)



Válter Martins, professor aposentado, graduado em Letras e pós-graduado em Planejamento Educacional, com a experiência de ter sido vereador, secretário e vice-prefeito, tem prazer em compartilhar aquilo que aprendeu. Expôs no Encontro Regional de Curitiba como conectou a Sala do Empreendedor à era digital e tirou proveito de ferramentas como o Facebook inclusive para agilizar a abertura de empresas. Ao realizar uma das mais inspiradoras palestras do evento, recebeu o convite para falar no 1º Simpósio Brasileiro de Políticas Públicas para Comércio e Serviços (Simbracs), em Brasília. Válter celebra: “A atuação como agente de desenvolvimento fortaleceu bastante essa oportunidade de levar experiência para outras pessoas”.

Jesúpolis (GO)



Vanessa Henrique Neves estava intrigada: por que a população preferia comprar em uma cidade vizinha, apesar dos bons produtos e preços locais. A Sala do Empreendedor fez uma pesquisa. Os comerciantes deixavam a desejar em quesitos como o de variedade. Então, surgiu a ideia de premiar os consumidores que prestigiavam o próprio Município. Uma moto era o chamariz principal. Em paralelo os empresários receberam orientações sobre como identificar e atacar suas deficiências. Antes de saborear os ganhos desse tipo de iniciativa, como o do aumento na arrecadação, Vanessa souou: “Tive de usar a criatividade. Fui aprendendo muito com a prática. Tive de abrir portas”. Valeu a pena. “Comecei a acreditar no desenvolvimento do meu Município.”